

# Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>1 A caracterização do bem jurídico a ser protegido pelo direito ambiental e pelo direito climático e suas interações .....</b>	<b>5</b>
1.1 Mudanças climáticas como um problema científico.....	5
1.2 Mudanças climáticas como um problema social.....	11
1.3 Mudanças climáticas como um problema jurídico.....	18
1.3.1 O direito e seus papéis frente às mudanças climáticas.....	18
1.3.2 A abordagem jurídica das mudanças climáticas entre tratados, leis e litígios climáticos.....	22
1.3.3 Ramos jurídicos e as mudanças climáticas.....	24
1.3.4 Três abordagens sobre a autonomia do direito climático .....	27
1.3.5 Crítica de Mayer: “erudição crítica” x “estudos mainstream” .....	31
1.4 Mudanças climáticas: um problema ambiental ou um problema disruptivo? .....	33
1.4.1 Mudanças climáticas como um problema de segunda dimensão .....	35
1.4.2 Mudanças climáticas como um problema disruptivo .....	36
1.4.3 Semelhanças e divergências nas duas formas de enxergar o mesmo problema .....	38
1.5 Bem jurídico do direito ambiental e do direito climático .....	39
1.5.1 Conceito jurídico de meio ambiente .....	39

1.5.2 Conceito jurídico de sistema climático .....	45
1.6 Relação entre meio ambiente e sistema climático no ordenamento jurídico brasileiro.....	50
1.6.1 Direitos e deveres fundamentais de proteção ao meio ambiente e ao sistema climático .....	50
1.6.2 O sistema climático previsto na legislação ambiental.....	56
1.6.3 O meio ambiente previsto na legislação climática.....	59
1.7 Interação do meio ambiente com o sistema climático na litigância climática .....	61
1.7.1 Proteção do meio ambiente na litigância climática.....	61
1.7.2 Diferenciação pioneira entre litígio ambiental e litígio climático no Poder Judiciário brasileiro .....	67
<b>2 Meio ambiente e sistema climático: jurisdição, objetivos, princípios e instrumentos .....</b>	<b>69</b>
2.1 As normas jurídicas ambientais e climáticas entre o nível nacional e internacional .....	70
2.1.1 Fases do regime internacional do meio ambiente e das mudanças climáticas.....	70
2.1.2 Regime internacional das mudanças climáticas: Convenção-Quadro, Protocolo de Quioto e Acordo de Paris....	73
2.1.3 Natureza jurídica da NDC .....	79
2.1.4 Obrigações coletivas do Acordo de Paris .....	83
2.2 Objetivos do direito ambiental e do direito climático.....	86
2.2.1 Sustentabilidade ambiental e desenvolvimento sustentável ....	86
2.2.2 Desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas.....	90
2.2.3 Neutralidade climática .....	92

2.2.4 Adaptação climática.....	95
2.3 Princípios do direito ambiental e do direito climático.....	100
2.3.1 Conceito de princípios e diretrizes para a delimitação dos seus conteúdos .....	100
2.3.2 Funções e a importância dos princípios jurídicos para o direito ambiental e direito climático .....	102
2.3.3 Princípio da precaução .....	103
2.3.4 Princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas .....	107
2.3.5 Princípio de não causar dano .....	113
2.3.6 Princípio do poluidor-pagador .....	115
2.3.7 Princípio da equidade intergeracional.....	117
2.3.8 Princípio da integridade do sistema climático.....	122
2.4 Instrumentos jurídicos da política ambiental e climática.....	124
2.4.1 Os instrumentos de comando e controle são predominantes na política ambiental, enquanto na política climática predominam os instrumentos econômicos .....	124
2.4.2 A política climática demanda uma relação ampla entre o âmbito internacional e nacional, enquanto a política ambiental tem uma predominância do nível nacional .....	130
2.4.3 A política climática e o planejamento .....	133
<b>3 Intersecções entre direito ambiental e direito climático.....</b>	<b>135</b>
3.1 O direito climático é um ramo da emergência .....	135
3.1.1 Declarações de emergência climática de entes municipais brasileiros.....	136
3.1.2 Projeto de Lei de declaração de emergência.....	140

3.1.3 Declaração de emergência climática é apenas o marco inicial .....	142
3.1.4 Princípio da emergência climática .....	143
3.2 O direito climático é um ramo jurídico da transição .....	145
3.3 Critérios para a aplicação do direito climático no ordenamento jurídico brasileiro.....	147
3.3.1 Considerar o direito ambiental como ramo geral, e o direito climático como ramo especial .....	147
3.3.2 Considerar o próprio direito climático .....	151
3.3.3 Considerar a evolução do direito ambiental.....	159
<b>Considerações finais.....</b>	<b>163</b>
<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>167</b>